

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIBEIRÃO PRETO: A CASA DA MEMÓRIA ITALIANA

A LOOK AT THE CULTURAL HERITAGE OF RIBEIRÃO PRETO: THE ITALIAN MEMORY HOUSE

Nainôra Maria Barbosa de Freitas¹

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth²

RESUMO

A Casa da Memória Italiana, patrimônio cultural da cidade de Ribeirão Preto, localizada no interior do Estado de São Paulo, carrega a história e as memórias da cidade, relacionadas ao período cafeeiro e à chegada dos imigrantes, dentre eles o numeroso grupo dos italianos. A Casa da Memória Italiana é uma entidade privada e sem fins lucrativos que, desde 2013, através de atividades museológicas, tem promovido e divulgado a história e as memórias da cidade, dos imigrantes italianos e da respectiva casa. Este trabalho tem por objetivo analisar, por meio de textos bibliográficos e Leis (federais e municipais), as questões do patrimônio cultural de Ribeirão Preto no referido equipamento cultural. A cidade de Ribeirão Preto possui legislação própria voltada ao patrimônio cultural, assim como um Conselho de preservação do patrimônio cultural, o CONPPAC, com os quais serão analisadas as interfaces entre as ações do referido patrimônio.

Palavras-chave: Casa da Memória Italiana. Ribeirão Preto. Patrimônio Cultural. Legislação Patrimonial.

ABSTRACT

The Italian Memory House, a cultural heritage of the city of Ribeirão Preto, located in the interior of the State of São Paulo, carries the history and memories of the city, related to the coffee period and the arrival of immigrants, among them the large group of Italians. The Italian Memory House is a private, non-profit organization that, since 2013, through museological activities, has promoted and disseminated the history and memories of the city, the Italian immigrants and the house itself. This work aims to analyze, through bibliographical texts and Laws (federal and municipal), the issues of the cultural heritage of Ribeirão Preto in the aforementioned cultural equipment. The city of Ribeirão Preto has its own legislation focused on cultural heritage, as well as a Council for the preservation of cultural heritage, the CONP-

1 Doutora em História pela UNESP de Franca e professora do Centro Universitário Barão de Mauá, do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto e pesquisadora do Instituto Paulista de Cidade Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC).

2 Mestre em História e Patrimônio, ramo Mediação Patrimonial, pela Universidade do Porto - Portugal, mestrado reconhecido em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Barão de Mauá e em Administração pelo Centro Universitário UniSEB.

PAC, with which the interfaces between the actions of the said heritage will be analyzed.

Keywords: *Italian Memory House. Ribeirão Preto. Cultural Heritage. Heritage Legislation.*

INTRODUÇÃO

Este artigo procura relacionar, através do ponto de vista teórico e empírico, a patrimonialização da Casa da Memória Italiana e o seu não tombamento arquitetônico, por meio do Conselho de Patrimônio de Ribeirão Preto – CONPPAC. Trata-se de uma conexão entre uma investigação realizada entre 2014 e 2016 sobre esta casa e a necessária discussão entre esta e a legislação patrimonial existente, à nível municipal e nacional.

A Casa da Memória Italiana está localizada em Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo, e seu percurso se entrelaça com a contextualização histórica da cidade, determinada pela imigração italiana e o período do café, identificando-se a uma memória coletiva, cujas particularidades, materiais e imateriais, ativam a função de um museu casa.

A casa, objeto desse estudo, é considerada um bem patrimonial, entendido como bem cultural herdado de gerações anteriores (FUNARI & PELEGRINI, 2006) e pode ser pensada numa concepção mais ampla voltada para o exercício da cidadania e inserida na economia criativa, a qual reconhece a cultura como um recurso identitário e econômico (LANDRY, 2011). A economia criativa é um desdobramento da economia do conhecimento e da economia da experiência, ao buscar nos ativos intangíveis a diferenciação econômica, abordando a cultura, o saber e a tecnologia (REIS; URANI, 2011, p. 31).

A história desta casa associa-se à memória da cidade, porque narra o desenvolvimento econômico, social e cultural, por meio da produção do café e da vinda de imigrantes para o trabalho na lavoura, particularmente, os italianos, entre os séculos XIX e XX. A casa foi residência de duas famílias de imigrantes, a primeira, Meirelles, de ascendentes portugueses, cafeicultores expoentes no Brasil, e a segunda, Biagi, imigrantes italianos, importantes empresários do setor sucroalcooleiro.

Ribeirão Preto teve seu desenvolvimento a partir de 1856 com a demarcação de terras para a construção de uma capela (CIONE, 1989, p. 67-75), no entanto foi entre 1860 e 1870 que teve o início de um crescimento econômico considerável, devido à chegada do café na cidade e região, cujos fatores clima, altitude e qualidade do solo, caracterizado pela terra vermelha, conhecida como terra roxa, rica em ferro, contribuíram para sua ascensão, assim como a disponibilidade de capital e mão-de-obra (LOPES, 2011, p. 12-14).

“A cultura cafeeira chegou na década de 1870, devido ao interesse dos fazendeiros que verificaram o melhor momento para o seu cultivo. No Brasil, as plantações de café aconteceram no século XIX no Rio de Janeiro, atingindo o Vale do Paraíba e o interior de São Paulo. As condições favoráveis do solo, clima e relevo, agregadas ao trabalho escravo, aumento do consumo do café, seu elevado preço no mercado internacional e o decadente cultivo no Vale do Paraíba – que havia se iniciado em 1825 – fizeram crescer o café do tipo Bourbon na região. As plantações firmaram o café como fonte de renda e principal atividade econômica do Estado de São Paulo, transformando Ribeirão Preto no maior centro produtor de café do mundo. Esta revalorização deu à cidade o título de “Eldorado do Café”” (HADDAD, 2011, p. 15).

A riqueza do café trouxe a ferrovia, que chegou em Ribeirão Preto em 1883, favorecendo o transporte da produção cafeeira ao porto de Santos, assim como a migração e imigração (HADDAD, 2011, p. 15). A imigração foi a solução para o problema da falta de mão de obra nas lavouras, causada pela abolição da escravidão no Brasil. Antes mesmo da homologação da Lei Áurea, a Assembleia da Província de São Paulo decretou uma lei, em março de 1871, que autorizava a Província a subsidiar os fazendeiros no emprego de imigrantes (HEFLINGER & LEVY, 2010, p. 77).

A cidade de Ribeirão Preto recebeu um grande contingente de imigrantes e foi, entre as cidades da sua região, aquela que teve o maior crescimento populacional, de 5.552 habitantes em 1874 para 68.838 em 1920 (BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 153). Além da quantidade, a diversidade étnica e cultural da população era vasta, apesar do número de italianos ser na cidade, em 1912, superior aos outros grupos, correspondendo a 25,01% do total de habitantes, considerando brasileiros e estrangeiros, e 59,77% do total de estrangeiros (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 46).

Neste contexto, encontramos a casa, objeto de estudo neste trabalho, construída a pedido de Joaquina Evarista Meirelles e seu filho Joaquim, no centro de Ribeirão Preto, ao lado da Catedral de São Sebastião. Esta casa foi projetada pelo arquiteto Arnaldo Maia Lello, em 1923 e teve a construção finalizada entre 1925 e 1926 (AEAARP - Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, 2015, p. 8); (Escritura de doação lavrada em 14 de fevereiro de 1925, transcrita sob nº. de ordem 15.509. Arquivo do 1º. Registro de Imóveis, Certidão Protocolo nº. 549.683, 2014).

A foto abaixo mostra a fachada da casa em 2019.

Fig. 1 – Casa da Memória Italiana.



Fonte: Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth, 2019.

A família Meirelles, que construiu a casa, tem a descendência na família dos Chacins, originários de Trás-os-Montes, em Portugal. De acordo com os pesquisadores Santos & Meirelles, a linhagem de Joaquina Evarista Meirelles é proveniente da Ilha de Faial, no arquipélago de Açores, cuja bisavó do bisavô de Joaquina foi a primeira a chegar ao Brasil em 1722. Posteriormente, seu bisavô também começa a vida familiar no Brasil e Joaquina nasce na Fazenda Campo Grande, em Baependi - Minas Gerais, Brasil, filha de Joaquim Victor de Souza Meirelles (1831-1916) e Blandina Laura de Souza Meirelles (1837-1905) (SANTOS & MEIRELLES, 1992).

A senhora Joaquina Evarista Meirelles é considerada uma das grandes exportadoras de café da região de Ribeirão Preto e se destacou, à sua época, porque era mulher e fazendeira (Entrevista Francisco Machado de Souza Neto - Casa da Memória Italiana, em 19 de maio de 2014 – Documentos avulsos).

A genealogia da família Meirelles está bem documentada, sendo que o patrimônio fotográfico e as recordações orais reconstituem a linhagem, ilustrando que a casa ganha sentido, porque a vida cotidiana desta família transforma-se em uma representação da memória, por meio de um legado que hoje compõe o acervo documental da casa.

Fig. 2 - Joaquina Evarista Meirelles e família na casa da Rua Tibiriçá, em 1925/1926.



Fonte: Casa da Memória Italiana.

A foto acima registra um momento da família Meirelles entre 1925 e 1926 possivelmente no fundo da casa, no local onde estava instalada a garagem. Ao centro podemos identificar a matriarca da família, dona Joaquina.

Joaquina faleceu em 1941 e, no mesmo ano, a casa foi vendida ao casal de imigrantes italianos Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi, cuja função de residência de família se deu até 2012, quando a última filha solteira do casal faleceu (AEAARP, 2015, p. 8).

Pedro Biagi nasceu em 31 de maio de 1881, na aldeia de Campagnola na localidade de Brugine, província de Padova, região do Vêneto, na Itália. Foi batizado com o nome de “Silvio Pietro” e chegou ao Brasil em 18 de janeiro de 1888, com seis anos de idade e acompanhado pelos pais, Natale Biagi e Elisabetta Ferin Biagi (BIAGI, 1987, p. 67).

Quando a família chegou ao Brasil, pelo porto de Santos, seguiu ao município de Itatiba, na região de Campinas, e Natale trabalhou no fabrico de tijolos, na Fazenda Itatiba. Em 1890, a família se transferiu para a região de Ribeirão Preto e continuou o trabalho em fazendas quando, em 1899, em sociedade com Sante Barbieri, adquiriram as primeiras terras em Campo de Itararé, em Sertãozinho (BIAGI, 1987, p. 54).

Em 1904, Pedro Biagi se casou com Eugenia Viel Biagi, italiana nascida em 27 de agosto de 1884, na província de Udine, região de Friuli-Vene-

zia Giulia, ao norte da Itália. Eugenia teve a história familiar similar à de Pedro, pois chegou ao Brasil com a família, aos doze anos de idade, em 1º. de março de 1896. Com o casamento, conforme tradição italiana, Pedro continuou na fazenda do pai, trabalhando com o cultivo da lavoura, na fabricação de aguardente e na olaria. No entanto, pelo seu espírito empreendedor e vocação para a comercialização, em 1909, Pedro adquiriu sua primeira propriedade, um sítio na Vila de Pontal, o que o fez sair, definitivamente, da casa de seus pais e renunciar a parte de sua herança para um de seus irmãos (BIAGI, 1987, p. 67-68).

Com muita dedicação e determinação, Pedro Biagi foi adquirindo terras ao longo dos anos. Em 1917 comprou a Fazenda Barbacena, onde teve sua primeira plantação de cana-de-açúcar. Em 1931 fundou a Usina da Pedra, localizada em Serrana e, em 1936 seus filhos compraram a Usina Santa Elisa, em Sertãozinho. As fazendas eram situadas em municípios próximos a Ribeirão Preto, entretanto, Pedro e sua família mudaram-se para esta cidade, em 1924, quando matriculou seus filhos no Colégio Santa Úrsula, melhor escola que havia na época. Viveram durante dezoito anos em uma casa na Rua Visconde de Inhaúma e, em 1941, com a compra da casa mencionada neste artigo, transferiram-se. Pedro faleceu em 27 de setembro de 1973 e sua esposa, Eugenia Viel Biagi, a 2 de julho de 1974, ambos nesta residência (BIAGI, 1987, p. 70-75).

Em entrevista com o neto de Pedro Biagi, Maurílio Biagi Filho, o mesmo relata sobre suas memórias com relação à casa do avô, como as festas muito alegres e reuniões de família, a casa era “o centro da família”. No acervo fotográfico da Casa da Memória Italiana encontram-se os registros das festas realizadas na casa, como as festas de finais de ano, os aniversários e cafés (BIAGI, 2016).

O convívio familiar marca uma vida cultural de caráter burguês, caracterizados pelos hábitos culturais da família Biagi. As filhas de Pedro, Angela e Osônia, tocavam instrumentos, o acordeão e o piano, na sala de música da casa, o gosto musical variava entre o popular e o clássico, com preferência às óperas. As mulheres dedicavam-se a atividades manuais como o tricô e o crochê, jogavam damas, torrinha, escopa simples e um jogo de baralho conhecido como XV. O patriarca, Pedro Biagi, preferia jogar bocha, um jogo tradicional italiano.

De acordo com a neta de Pedro Biagi, Maria Augusta Scatena Lopes, a alimentação familiar era predominantemente italiana, com receitas da região do Vêneto, no entanto, muitas adaptações foram feitas com os ingredientes procedentes da cozinha brasileira. Dentre as comidas ela destacou: a polenta, verduras como almeirão e escarola, sopas e caldos, o brodo de

galinha e de carne bovina, sopa de feijão, cozidos de galinha e carne bovina, massas, rabanadas, crustole, roscas, balas de coco, etc. Dentre as bebidas, a família preferia os vinhos, licores e o cowboy, ou seja, whisky sem gelo e puro (Memórias de Maria Augusta Scatena Lopes, 2014 - Documentos avulsos).

Uma das formas de registro das famílias era, em ocasiões especiais, convidar um fotógrafo para eternizar o momento, prática comum principalmente entre as famílias mais abastadas.

A foto abaixo, de 1942, retrata um momento da família Biagi reunida, em torno de um ano após a compra da casa.

Fig. 3 - O casal, Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi, e filhos, na casa em 1942.



Fonte: Casa da Memória Italiana.

Além de fatos recordados pelas famílias e contados em depoimentos e entrevistas, bem como registros documentais como fotografias, entre outros, a casa traz em sua arquitetura e móveis, preservados, uma riqueza material e imaterial.

A casa estudada é caracterizada por varandas e ornatos, cujas aspirações europeias misturam-se aos estilos modernos, como o Art Nouveau. A influência estrangeira exercida nas casas da elite brasileira e, particularmente, da cafeeira, é notada pelas importações realizadas, por exemplo, na Casa da Memória Italiana as louças dos banheiros e da cozinha são inglesas e o revestimento de azulejos são alemães. A parte elétrica (tomadas e espelhos) e a parte hidráulica (torneiras e chuveiros) foram importados dos Estados Unidos. A introdução de tais componentes nas casas da alta sociedade brasileira, datada do início do século XX, são justificadas, principal-

mente, por não existir ampla fabricação dos mesmos no Brasil.

A fabricação nacional consiste nos tijolos e revestimentos de madeira e piso. Poucas são as alterações encontradas na casa com relação à planta original, entre elas a ausência de uma lareira na sala de jantar e na sala de vestir (denominada na planta como fogão) e a inexistência de um terraço sobre a cobertura da entrada nobre. No local foram acrescentados vitrais e o espaço permitiu a instalação de uma escada de madeira maior (AEAARP, 2015, p. 8-9).

Os tetos e paredes de diversos cômodos são ornados com pinturas, com autoria desconhecida, suspeitando-se por artistas italianos como Victório Gregolini, que trabalhou na decoração da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Em 2014 ocorreu uma manutenção nas paredes, mas poucas áreas sofreram intervenções (AEAARP, 2015, p. 9).

O mobiliário é organizado em três grupos, cuja diferenciação refere-se ao estilo, artesão e época de aquisição. O conjunto maior foi produzido pela Fábrica de Móveis Miguel Nardella, em São Paulo, composto por móveis da sala de jantar e quartos, com detalhes de marchetaria e metal. Outro conjunto é o da sala de visitas que possui influência do estilo Luís XIV, com o refinamento da realeza francesa, produzido por Gino e Renato Ghilardi, mestres da Oficina de Tapeçaria do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Esses dois conjuntos mencionados eram da família Meirelles e adquiridos com o imóvel pela família Biagi. O último conjunto, adquirido pela família Biagi, foi produzido pela fábrica de móveis Delloiagono & Cia, oficina de Ribeirão Preto (AEAARP, 2015, p. 9).

A casa se encontra no estado da arquitetura original mantendo o piso de madeira, destacando os vitrais, os móveis da época com todos os objetos de uso da casa como louças e prataria. Tudo indica que os vitrais da casa podem ter sido executados pela Casa Conrado de São Paulo que fez os vitrais da vizinha Catedral de São Sebastião no mesmo período, no entanto, não temos nenhum indício seguro da execução do serviço. Constitui um patrimônio cultural muito preservado, que foi possível devido à manutenção e cuidados constantes dos moradores ao utilizarem-na como residência até o ano de 2012.

Por este motivo, em 07 de dezembro de 2013, foi criado a Instituição Casa da Memória Italiana, na forma de Associação, regido por um Estatuto Social e por dispositivos próprios. É uma entidade privada e sem fins lucrativos, cujos objetivos, conforme o artigo 3º. do Estatuto são “promover a cultura, a defesa, a conservação e a difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural, alusivo à história e memória da imigração italiana no Brasil, com ênfase na região de Ribeirão Preto” (ESTATUTO DO INSTITUTO CASA DA

MEMÓRIA ITALIANA, 2013, p. 1-2).

O processo de patrimonialização desta casa nos leva a refletir sobre a sua preservação material e imaterial e, consequentemente, nos dispositivos pelos quais favorecem a mesma, assim como as formas criadas para a sustentabilidade econômica da instituição museológica, para tal finalidade. Este artigo priorizará esta discussão com foco nos recursos que a legislação patrimonial disponibiliza.

1 Método

Este trabalho foi pensado a partir da dissertação de mestrado de uma das autoras deste artigo – Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth, defendida em 2016 na Universidade do Porto – Portugal, com o título “A cidade criativa e o patrimônio cultural: a Casa da Memória Italiana em Ribeirão Preto – SP, Brasil”. Com base na pesquisa bibliográfica sobre o patrimônio cultural e no acervo documental da Casa da Memória Italiana, partiu-se para uma discussão entre estes e a legislação, federal e municipal, que rege os bens culturais, confrontando a patrimonialização e o não tombamento da casa. A análise desta literatura e das atividades da casa nos levam a refletir sobre os bens culturais diante da legislação e as possíveis ações colocadas em prática efetivamente.

Quanto ao patrimônio cultural, os conceitos dados por Choay (2006) e Funari & Pelegrini (2006) embasam a reflexão conceitual do trabalho. Em relação à economia criativa e as possibilidades de sustentabilidade junto ao patrimônio cultural os autores pesquisados foram Landry (2011) e Reis & Urani (2011).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, identifica o que constitui o patrimônio cultural brasileiro, bem como o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, ambos permitem tratar do tema no que tange a legislação e o registro dos bens culturais.

A legislação municipal foi traçada a partir do artigo das autoras Santo & Registro (s/d) que apresentam um breve histórico da formação do Conselho de Patrimônio da cidade de Ribeirão Preto, através da legislação municipal, entre o final dos anos 1960 e os anos 1990.

A discussão teórica a respeito do patrimônio, bem como as ações de preservação ganham força quando a comunidade identifica e reconhece um bem como parte de sua memória, construída por meio da vivência das pessoas no exercício cotidiano de sua cidadania.

2 Resultados e Discussão

A preservação do patrimônio cultural em Ribeirão Preto desenvolve-se de forma lenta nas últimas décadas. Algumas medidas foram tomadas nos anos de 1970 com o objetivo de reconhecer e proteger alguns bens culturais. A legislação municipal surgiu em função da necessidade desta proteção, cumprindo o que prescrevia a Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo que alertavam para a necessidade de adoção de medidas para a defesa dos bens de valor histórico e cultural.

Um dos primeiros passos para a salvaguarda do patrimônio foi dado em 1967 com a criação do Conselho de Cultura. Em 1º de setembro de 1971, pela Lei nº. 2.508, foi criado o Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, desta maneira, a cidade passou a contar com uma legislação que permitiu-a desenvolver políticas de salvaguarda dos bens culturais. Regulamentada a legislação, em 8 de junho de 1973, a Lei nº. 2.674 do município declarou de valor histórico o Teatro Pedro II, desta forma consideramos que foi uma das primeiras medidas oficiais na preservação do patrimônio da cidade (SANTO & REGISTRO, s/d).

O momento era concomitante ao lançamento, em 1972, da primeira convenção geral da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, referente ao patrimônio mundial, cultural e natural, sendo o Brasil um dos signatários desta convenção. O mundo estava preocupado com a destruição do que foi considerado patrimônio mundial e a Unesco lançou várias campanhas com o intuito de salvaguardar o patrimônio mundial (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p. 25).

De certa forma, acompanhando este movimento mundial que replicava no Brasil, em Ribeirão Preto a Lei nº. 2.890 de 28 de maio de 1974, dispôs a respeito da defesa dos bens culturais de interesse local e instituiu o Livro de Tombo, entre outras disposições (SANTO & REGISTRO, s/d).

Na década de 1980 outros imóveis foram reconhecidos e tombados como de valor para a história e a memória da cidade de Ribeirão Preto. Durante este período de consolidação das leis de preservação do patrimônio em Ribeirão Preto, o objeto de estudo deste texto, a Casa da Memória Italiana, ainda funcionava como a residência de uma das mais importantes famílias da cidade e, desta forma, as características originais da casa e seus móveis foram conservados.

Durante os anos de 1980 fundiram-se os Conselhos de Cultura e o de Patrimônio e, continuou a política de preservação mesmo tímida e ainda marcada por grandes edificações como os imóveis do “Quartirão Paulista”, do qual já fazia parte o Teatro Pedro II.

No Brasil avançavam, mesmo lentamente por meio do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão criado na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, as políticas de preservação dos bens culturais. O Brasil, como signatário da ONU - Organização das Nações Unidas, seguia os passos recomendados pela Unesco para a proteção do patrimônio, contando com legislação própria foi aos poucos realizando o reconhecimento dos bens culturais (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

A discussão no cenário mundial vinha desde os anos de 1970 a respeito do que a pesquisadora Françoise Choay afirma que “[...] da integração (dos conjuntos históricos) à vida coletiva de nossa “época” [...]” (CHOAY, 2006, p. 223), a história do patrimônio estava sendo construída”. A autora refletia o documento do encontro de Nairóbi, quando em 1976, a Unesco adotou a Recomendação relativa a proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea.

No Brasil, o reconhecimento, em 1980, do centro histórico de Ouro Preto como patrimônio da humanidade, era parte desta política de preservação mundial do patrimônio e representou um marco na história da salvaguarda dos bens culturais no país. Na sequência, dois anos depois, foi a vez de Olinda e, em seguida, em 1983, a área das missões jesuíticas, entre outros bens. Estes atos abriram caminho para que no país, em processo de abertura política na primeira metade da década de 1980, aos poucos passasse a visualizar o rico patrimônio cultural que naquele momento já era reconhecido pelo mundo por meio da Unesco.

A Constituição de 1988, com seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural, identificando o patrimônio cultural brasileiro por meio “[...] dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

O artigo estabelecia que cabia ao poder público em colaboração com a comunidade preservar os bens culturais, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Os novos rumos para a preservação do patrimônio cultural no Brasil vieram após a Constituinte de 1988, que fortaleceu a política de preservação, a qual os municípios e estados deveriam estar alinhados. Em Ribeirão Preto, a Lei Orgânica de 1990 dispôs a respeito da documentação, obras e demais registros de valor histórico.

A recuperação do teatro Pedro II deu um impulso para despertar em muitas pessoas a necessidade de preservação do patrimônio da cidade que

se encontrava abandonado. Em 1993, foi realizado um encontro municipal a respeito de patrimônio cultural, promovido entre outros, pela Secretaria da Cultura, com o apoio do Arquivo Público. Os frutos deste encontro e de outras iniciativas podem ser vistos por meio da Lei nº. 7.521, de 17 de outubro de 1996, que criou o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto – CONPPAC – RP (SANTO & REGISTRO, s/d).

Mais de duas décadas após a criação do Conselho que luta pela aplicação de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, em Ribeirão Preto as políticas de preservação ainda caminham a passos lentos, uma vez que a legislação existe, mas sua aplicação, bem como o reconhecimento dos cidadãos a respeito da importância de preservação dos bens culturais ainda é incipiente. Cidadania e preservação de patrimônio não são feitas somente amparadas na lei ou decreto, precisamos sim de políticas públicas e de parcerias com o privado para desenvolver ações de preservação dos bens culturais na preservação da memória histórica de uma cidade.

Um exemplo característico de que às vezes é possível de forma privada preservar o patrimônio sem, no entanto, ele ser oficialmente tombado é o caso da Casa da Memória Italiana, pois o referido equipamento não possui nem mesmo um pedido provisório de tombamento junto ao CONPPAC.

O estudo de um museu casa, como a Casa da Memória Italiana, com toda sua história e sua dimensão pública, se apresenta como uma nova forma de valorizar o passado. Os distintos objetos dos antigos moradores permitem um olhar diferenciado a respeito do cotidiano de uma família de posses na cidade de Ribeirão Preto. No entanto, as diversas atividades que a casa mantém indicam a ação de educação patrimonial expandindo para a economia criativa, revelando que nem sempre apenas o reconhecimento por tombamento é o suficiente para manter a sustentabilidade e a salvaguarda do bem.

De acordo com a entrevista realizada com Adriana Silva, Diretora Administrativa da Casa da Memória Italiana, ela afirma que o projeto para a casa está dentro da lógica de gestão de economia criativa para manutenção e sustentabilidade da casa. O primeiro objetivo é o da preservação do edifício e, por isso, a melhor proteção decorre do seu uso, e por isso a justificativa para a criação do museu casa. Refere-se, também, à relação arquitetônica da casa com o centro da cidade de Ribeirão Preto, pois, ao preservá-la, há uma contribuição à preservação do centro. Menciona, ainda, que a casa tem uma linguagem bastante diversificada e trará ideias relacionadas com a gastronomia, língua e arte italiana, de forma abrangente e capaz de atrair o público a visitá-la mais de uma vez, além de que poderá expandir as suas atividades a outros imigrantes (SILVA, 2016).

A Casa da Memória Italiana, desde sua institucionalização, tem desenvolvido ações de mediação patrimonial e educativa, por exemplo, visitas agendadas com o público em geral e com escolas; atividades nas férias; recitais de Natal, com a apresentação do Coral Coro Memorie d'Italia; promoção de atividades ao longo das Semanas de Museus, desde 2015 até o presente ano; exposições de arte contemporânea; oficinas diversas; entre outras.

Também foram realizados alguns projetos, como o Projeto 2015-2016, por meio de captação de recursos, pelo PROAC – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, que possuía quatro vertentes: o desenvolvimento de um Plano Diretor, cujo objetivo era abrigar, na casa, sede do Instituto Casa da Memória Italiana, um museu-casa; a realização de pesquisa e a recolha de registros orais sobre a memória das famílias remanescentes dos imigrantes italianos na cidade de Ribeirão Preto e região, o que possibilitou a produção de onze videodocumentários; a elaboração de um programa de ocupação física da casa; e, por fim, a criação de uma página na *internet*, onde seriam divulgados estes videodocumentários e que possibilitaria uma visita virtual à casa. Os resultados deste Projeto podem ser vistos no *website* da Casa da Memória Italiana.

Outro projeto foi o Plano Anual 2017, com captação de recursos pelo PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura, que incentivava projetos culturais, a nível federal. A proposta do plano incluía a criação de programas nas áreas: Institucional; Educativo e Cultural; Pesquisa e História.

A mais recente publicação da casa em sua conta do Instagram, um dos principais meios de divulgação de suas atividades além do próprio *website*, anunciou a parceria entre a Casa da Memória Italiana e a Elenco, associação sem fins lucrativos que busca reunir profissionais do segmento da construção civil, como arquitetos, designers de interiores, paisagistas e engenheiros, para criarem soluções inteligentes e inovadoras para os projetos. A Casa da Memória Italiana, em 2018 iniciou um estudo para melhorias na área social do museu casa e a execução dos projetos arquitetônico, decorativo e estrutural serão iniciadas neste ano de 2019, com a parceria mencionada.

Pode-se observar que a Casa da Memória Italiana busca leis de incentivo fiscal que beneficiem a preservação do acervo e o desenvolvimento de projetos para a salvaguarda do bem patrimonial. Neste caso, da Casa da Memória Italiana, a ausência do tombamento a beneficia para desenvolver ações de reforma e restauro, com adaptações necessárias para um museu casa, bem como para a realização de projetos com a captação de verbas de forma mais ampla e irrestrita, cujo tombamento pode trazer algumas limitações.

Uma edificação tombada requer uma ampla gama de projetos, nem sempre tão viáveis, de forma rápida com o intuito de viabilizar o franco acesso e a própria acessibilidade numa edificação centenária. A lenta morosidade dos órgãos no Brasil dificulta a tramitação de melhorias que, às vezes, se apresentam de forma simples sem prejuízo para o “bem” patrimonial, resguardada a sua integridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da Casa da Memória Italiana remonta ao período do café e da chegada de milhares de imigrantes que aportaram em Ribeirão Preto, em busca do sonho do enriquecimento fácil por meio do ouro verde. Desta maneira, o equipamento contribui para a preservação de uma memória histórica, ainda muito viva na cidade, uma vez que permanece ativa, pulsante, nos inúmeros descendentes dessas famílias que aqui chegaram em busca de uma nova vida. Um século depois da construção da casa pela primeira família portuguesa que a construiu e, menos de uma década em que ela deixou de ser habitada, pela segunda família, a italiana, a casa passou de moradia para uma nova referência conceitual, ou seja, um bem cultural da cidade de Ribeirão Preto.

O cotidiano de toda uma época que pode ser compreendido a partir de uma visita à casa, mesmo que feita de forma virtual, indica relações de permanências entre os visitantes e os objetos ali expostos. A realidade do acervo permite que o imaginário coletivo amplie a compreensão de um período histórico recuado no tempo fazendo-se presente.

Desta maneira, a Casa da Memória Italiana, ainda hoje, apesar de representar um dos principais equipamentos de preservação da memória de uma cidade, está à margem da referenciada legislação municipal, uma vez que ela ainda não é tombada como patrimônio cultural da cidade, pelo órgão que chancela o tombamento, ou seja, o CONPPAC. Os decretos nem sempre fazem o patrimônio de uma cidade, neste caso, o patrimônio existe e é reconhecido pela população, todavia, a instituição Casa da Memória Italiana – Ribeirão Preto SP, não é tombada e, desta maneira, não é oficialmente reconhecida pelo órgão competente.

O não tombamento desta importante instituição não se tornou um empecilho para a salvaguarda do bem arquitetônico, bem como para o desenvolvimento de ações inseridas na sustentabilidade, na educação patrimonial e na economia criativa.

A importância dos museus casa referenciam os objetos, a arquitetura, o patrono da casa, enfim uma reconstrução do modo de vida que uma

vez contextualizada de forma didática permite que nos aproximemos da realidade de transformar um simples objeto em um documento, retratando a memória histórica de uma localidade. Eles possuem uma identidade própria, como a Casa da Memória Italiana que oferece para a cidade de Ribeirão Preto um legado a partir da residência de duas famílias, uma de origem portuguesa e a outra, que residiu nas últimas décadas, italiana.

Os gestores de patrimônio podem procurar outros meios de salvaguarda que não apenas o tombamento e que traga a sustentabilidade econômica para manter o bem na sua integridade, como o caso da referida instituição estudada neste artigo. A força da ligação entre o passado no qual o patrimônio está inserido e o novo uso, pensando a cidade, o cidadão, o futuro e as necessidades da sociedade contemporânea, os gestores podem e devem contribuir para ampliar o leque de oferta na educação informal, por meio de diversas ferramentas que trabalhem a identidade, a preservação do patrimônio, a sustentabilidade, entre outros aspectos.

A casa estudada foi importante para as duas famílias, em momentos alegres e tristes que se perpetuam na história de Ribeirão Preto, representada pela cafeicultura e imigração, que trouxe hábitos e tradições, com destaque para a portuguesa e a italiana, guardando a memória de um tempo e permitindo que as gerações futuras possam conhecer, adentrar e olhar para uma parte da história de Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RIBEIRÃO PRETO [AEAARP]. Resgatando Patrimônios. *Revista Painei*, Ribeirão Preto, ano 18, n. 243, jun. 2015. Disponível em: < <https://www.aeaarp.org.br/upload/revista/20170711150230painel-243.pdf> >. Acesso em: 20 de maio 2019.
- BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
- BIAGI, L. L. *A família Biagi: os primeiros cem anos, 1888-1988*. São Paulo: Laserprint, 1987.
- BIAGI, M. *Casa da Memória Italiana*. Ribeirão Preto: 02 de maio de 2016. Entrevista concedida a Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp >. Acesso em: 21 maio 2019.

- CASA DA MEMÓRIA ITALIANA. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CASA DA MEMÓRIA ITALIANA – INSTAGRAM. Disponível em: <<https://www.instagram.com/casadamemoriaitaliana/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
- CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. 2. ed. Ribeirão Preto: “IMAG” Gráfica e Editora, 1989.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HADDAD, G. L. *Orquestra sinfônica de Ribeirão Preto – representações e significado social*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Nossa História, n. 5).
- HEFLINGER JUNIOR, J. E.; LEVY, P. M. *E os italianos chegaram*. Limeira: Unigráfica, 2010.
- LANDRY, C. Prefácio Cidade Criativa: a história de um conceito. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades Criativas – Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2019.
- LOPES, L. S. *Ribeirão Preto – a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Nossa História, n. 1).
- REIS, A. C. F.; URANI, A. Cidades Criativas – perspectivas brasileiras. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades Criativas – Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- SANTOS, R. A. M. dos; MEIRELLES, M. Z. *Família Souza Meirelles – Estudo Genealógico*. Valinhos: Gráfica São José, 1992.
- SANTO, S. M. do E.; REGISTRO, T. C. *Breve histórico da Formação e Atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – CONPPAC/RP*. Disponível em: <<http://www.marp.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14conppac.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- SILVA, A. *Casa da Memória Italiana*. Ribeirão Preto: 14 de março de 2016. Entrevista concedida a Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.

TOTH, N. A. S. A. *A cidade criativa e o patrimônio cultural: a Casa da Memória Italiana em Ribeirão Preto – SP, Brasil*. Dissertação (Mestrado em História e Patrimônio) - Universidade do Porto, Porto, 2016. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=166083>. Acesso em: 20 maio 2019.

WALKER, T. W.; BARBOSA, A. S. *“Dos coronéis à metrópole”*, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Arquivo da Casa da Memória Italiana: documentos avulsos

Estatuto Social de criação do Instituto Casa da Memória Italiana, 2013;

Fotografias;

Dossiês;

Levantamento completo do mobiliário, objetos e fotografias (3 volumes não publicados, para uso interno do Museu Casa), 2013-2014;

Livros de presença (visitas e eventos);

Materiais utilizados nas atividades educativas;

Material sobre Arte Decorativa do Bungalow: Alice Registro Fonseca, 2014;

Memórias de Maria Augusta Scatena Lopes, 2014;

Projeto de arquitetura e ocupação dos espaços da Casa da Memória Italiana, 2015;

Transcrição da entrevista com Francisco Machado de Souza Neto (neto de Joaquina Evarista Meirelles - 19 de maio de 2014;

Escritura de doação. Lavrada em 14 de fevereiro de 1925, 1º. Registro de Imóveis. Transcrita sob nº. de ordem 15.509. Certidão Protocolo nº. 549.683, 2014.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019